



**AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES
OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**EXERCÍCIO
DE
2023**

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 17

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em Reais)

ATIVO	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.589.381,05	1.482.679,95
Adiantamento a Fornecedor		8.740,00	-
Adiantamentos a Empregados	5	14.438,33	11.138,73
Impostos Recuperáveis		1.348,87	1.348,87
Outros Créditos	6	1.198,00	1.198,00
Estoques	7	68.511,70	83.724,16
Despesas Antecipadas		6.324,39	6.188,26
		1.689.942,34	1.586.277,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	57.073,57	54.064,06
Intangível	9	720,00	1.800,00
		57.793,57	55.864,06
TOTAL DO ATIVO		1.747.735,91	1.642.142,03

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		65.129,63	179.657,44
Obrigações Trabalhistas	10	215.540,63	202.013,44
Obrigações Sociais e Fiscais	11	114.668,04	118.764,21
Contas a Pagar		2.752,23	3.067,35
Provisões para Férias e Encargos	12	380.363,73	356.822,54
		778.454,26	860.324,98
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para Contingências	13	-	10.953,94
Bens Públicos em nosso poder	14	57.793,57	55.864,06
		57.793,57	66.818,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		714.999,05	815.593,97
Superávit do Exercício		196.489,03	(100.594,92)
		911.488,08	714.999,05
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.747.735,91	1.642.142,03

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em Reais)

	Notas	2023	2022
RECEITAS LÍQUIDAS	15	10.685.510,49	10.297.619,40
Contrato de Gestão nº 2416901/2019	16	10.687.440,00	10.276.380,00
Realização de Bens Públicos em nosso poder		22.551,28	27.849,40
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(24.480,79)	(6.610,00)
CUSTOS		(10.302.427,75)	(10.109.956,93)
Pessoal e Reflexos	18	(4.336.379,23)	(4.241.209,96)
Serviços Terceirizados	19	(5.421.005,50)	(5.288.532,07)
Medicamentos e Materiais de Consumo	20	(545.043,02)	(580.214,90)
(-) Custo da Isenção Usufruída	25	(951.473,36)	(827.973,48)
Isenção Usufruída	25	951.473,36	827.973,48
(=) RESULTADO BRUTO		383.082,74	187.662,47
DESPESAS		(415.916,65)	(495.275,35)
Impostos, Taxas e Contribuições		(4.394,63)	(3.850,88)
Despesas Gerais	21	(411.522,02)	(491.424,47)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		15.621,97	32.538,09
Receitas com Doações		29,50	-
Outras Receitas		26.106,41	32.538,09
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(6.698,00)	(275.074,79)
RESULTADO FINANCEIRO	17	203.187,03	174.479,87
Receitas Financeiras		203.813,80	194.695,54
Despesas Financeiras		(626,77)	(20.215,67)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		196.489,03	(100.594,92)

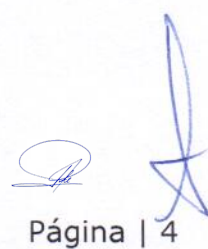
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


 Página | 3

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	562.768,28	252.825,69	-	-	815.593,97
Incorporação do Superávit/Déficit	252.825,69	(252.825,69)	-	-	-
Incorporação da Dotação Inicial	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(100.594,92)	-	-	(100.594,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	815.593,97	(100.594,92)	-	-	714.999,05
Incorporação do Superávit/Déficit	(100.594,92)	100.594,92	-	-	-
Incorporação da Dotação Inicial	-	-	-	-	-
Superávit do Exercício	-	196.489,03	-	-	196.489,03
Saldo em 31 de dezembro de 2023	714.999,05	196.489,03	-	-	911.488,08

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em Reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	196.489,03	(100.594,92)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamento a Fornecedores	(8.740,00)	-
Adiantamentos a Empregados	(3.299,60)	8.828,92
Impostos Recuperáveis	-	(1.348,87)
Estoques	15.212,46	9.615,25
Despesas Antecipadas	(136,13)	(710,87)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(114.527,81)	104.836,53
Obrigações Trabalhistas	13.527,19	12.068,46
Obrigações Sociais e Fiscais	(4.096,17)	7.671,59
Provisões para Férias e Encargos	23.541,19	86.820,07
Provisão para Contingências	(440,00)	(17.987,97)
Outras Obrigações	(315,12)	(648,46)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	106.701,10	108.549,73
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(30.864,63)	(14.875,62)
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	6.383,84	8.265,62
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(24.480,79)	(6.610,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	24.480,79	6.610,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	24.480,79	6.610,00
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	106.701,10	108.549,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.482.679,95	1.374.130,22
Disponibilidades no Final do Exercício	1.589.381,05	1.482.679,95
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	106.701,10	108.549,73

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SPDOC nº 2416901/2019, firmado com a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 01 de fevereiro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza – AME Itu** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se no momento de sua assinatura.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R\$ 50.691.794,05.

Para o exercício de 2023, o montante repassado foi de R\$ 10.687.440,00, através do Termo de Aditamento nº 01/2023, assinado em 20 de dezembro de 2022.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins

lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar n.º 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às

obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.

- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado (quando aplicável):

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos.

3.d) Intangível (quando aplicável):

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
BENS NUMERÁRIOS		
Caixa	702,42	1.500,00
BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Banco do Brasil S.A.	1.588.678,63	1.481.179,95
	1.589.381,05	1.482.679,95

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2023	2022
Adiantamentos de Férias	14.438,33	11.138,73
	14.438,33	11.138,73

6. OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Aluguéis a Receber	1.198,00	1.198,00
	1.198,00	1.198,00

7. ESTOQUES

	2023	2022
Mat. De Laboratório e Reagentes	683,20	734,51
Medicamentos	5.408,45	5.882,44
Material Médico Hospitalar	20.110,11	28.570,07
Materiais de Expediente e Escritório	4.776,77	6.736,52
Materiais de Manutenção	7.340,05	4.597,59
Materiais de Informática	1.247,16	3.834,50
Materiais de Limpeza	13.656,40	13.451,53
Materiais de EPI	2.458,59	2.154,53
Material de Higiene	225,14	23,60
Gêneros Alimentícios	5.747,20	3.706,42
Utensílios para Copa	831,17	972,65
Peças e Acessórios	6.027,46	6.655,77
Uniformes e Rouparias	-	6.404,03
	68.511,70	83.724,16

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2023	2022
Máquinas e Equipamentos	10%	70.120,24	52.127,45
Equipamentos de Uso Médico	10%	359.236,57	359.236,57
Equipamentos de Informática	20%	203.168,62	203.168,62
Móveis e Utensílios	10%	401.134,58	394.646,58
Veículos	20%	44.750,00	44.750,00
(-) Depreciação Acumulada		(1.021.336,44)	(999.865,16)
		57.073,57	54.064,06

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Governo Estadual.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2023	2022
Direitos de Uso de Sistemas	20%	92.413,37	92.413,37
(-) Amortização Acumulada		(91.693,37)	(90.613,37)
		720,00	1.800,00

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Salários a Pagar	211.046,78	202.013,44
Pensões Alimentícias a Pagar	416,70	-
Rescisões a Pagar	4.077,15	-
	215.540,63	202.013,44

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2023	2022
INSS sobre Salários a Recolher	17.790,15	21.885,99
FGTS a Recolher	32.250,66	31.008,17
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	440,38	96,00
IRRF sobre Salários a Recolher	37.051,26	41.219,93
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	4.036,38	4.222,03
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	13.324,05	14.160,58
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	8.513,31	4.917,32
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.261,85	1.254,19
	114.668,04	118.764,21

12. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2023	2022
Provisão para Férias	352.338,41	330.534,11
Provisão para FGTS sobre Férias	28.025,32	26.288,43
	380.363,73	356.822,54

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2023	2022
Provisões para Contingências Trabalhistas	-	10.953,94
	-	10.953,94

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos avaliados com perda possível no montante de R\$ 38.439,48, sem provisão constituída.

14. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 57.793,57 em 2023 e o montante de R\$ 55.864,06 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA	2023	2022
Bens Públicos em Nosso Poder	57.793,57	55.864,06
	57.793,57	55.864,06

15. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

16. RECEITA COM CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 2416901/2019	2023	2022
Janeiro	890.620,00	856.365,00
Fevereiro	890.620,00	856.365,00
Março	890.620,00	856.365,00
Abril	890.620,00	856.365,00
Maio	890.620,00	856.365,00
Junho	890.620,00	856.365,00
Julho	890.620,00	856.365,00
Agosto	890.620,00	856.365,00
Setembro	890.620,00	856.365,00
Outubro	890.620,00	856.365,00
Novembro	890.620,00	856.365,00
Dezembro	890.620,00	856.365,00
	10.687.440,00	10.276.380,00

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	203.301,31	193.513,30
Descontos Obtidos	512,49	1.182,24
(-) Tarifas Bancárias	-	(66,50)
(-) Impostos sobre Aplicações Financeiras	(0,04)	(19.347,16)
(-) IOF	(626,73)	(802,01)
	203.187,03	174.479,87

18. PESSOAL E REFLEXOS

	2023	2022
Ordenados	2.639.354,69	2.482.596,28
13º Salários	254.432,67	262.659,71
Auxílio Enfermidade	-	-
Férias (incluída provisão anterior ao contrato de gestão)	309.424,62	347.310,67
Gratificações	597,85	555,69
Indenizações e Avisos Prévios	88.120,11	65.683,93
Insalubridade	197.128,75	186.352,26
Horas Extras	9.310,99	11.924,53
DSR	-	-
Benefícios	531.868,62	562.621,86
Contribuições ao FGTS	306.140,93	321.505,03
	4.336.379,23	4.241.209,96

19. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2023	2022
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	4.029.795,99	3.996.173,17
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	1.391.209,51	1.292.358,90
	5.421.005,50	5.288.532,07

20. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	167.875,86	190.865,51
Materiais de Consumo	283.928,46	286.426,59
Materiais de Conservação	67.810,50	71.251,43
Outros Materiais e Insumos	25.428,20	31.671,37
	545.043,02	580.214,90

21. DESPESAS GERAIS

	2023	2022
Telefone	33.191,47	42.621,55
Internet	49.956,91	51.588,18
Gás de Cozinha	2.900,00	1.330,00
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	78.099,74	86.976,27
Administrativas	190.563,37	259.995,20
Amortizações e Depreciações	22.551,28	27.849,40
Bens Não Imobilizados	21.022,81	9.943,68
Plantas e Jardinagem	205,62	197,00
Seguros	10.791,52	10.113,31
Outras Despesas Gerais	2.239,30	809,88
	411.522,02	491.424,47

22. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.



23. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

24. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**.

25. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R\$ 951.473,36 e do ano de 2022 foi de R\$ 827.973,48 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(951.473,36)	(827.973,48)
(-) Custo da Imunidade Usufruída		
Imunidade Usufruída	951.473,36	827.973,48
	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação.

26. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

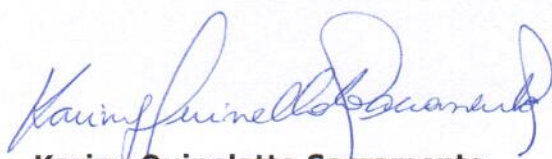
Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

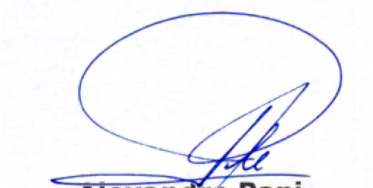
COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Itu (SP), 31 de dezembro de 2023.



Kariny Quinelatto Sacramento
Diretora Técnica



Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3